

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

LAUANA MAIA DOS SANTOS CUNHA
RU 1948108

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA SATISFAÇÃO DAS
NECESSIDADES HUMANAS: PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA.

CONGONHAS – MG
2022

LAUANA MAIA DOS SANTOS CUNHA

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA SATISFAÇÃO DAS
NECESSIDADES HUMANAS: PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof^a Elaine Patrícia de Oliveira

CONGONHAS – MG

2022

LAUANA MAIA DOS SANTOS CUNHA - RU 1948108

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA SATISFAÇÃO DAS
NECESSIDADES HUMANAS: PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professor 1

Instituição 1

Professor 2

Instituição 2

Dedico este trabalho a Deus, que com sua infinita sabedoria, foi um importante guia na minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu que todas as conquistas em minha vida se concretizassem. Agradeço à Universidade, que me deu o conhecimento necessário para concluir este trabalho. Agradeço ao meu professor por todo o auxílio e orientação. Agradeço a todos que fizeram parte direta ou indiretamente deste trabalho.

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2003, p. 20).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRSS – Conselho Regional de Serviço Social

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

RESUMO

A presente monografia tem como tema as perspectivas do serviço social na educação básica procurando respostas que possam elucidar o seguinte questionamento: como os assistentes sociais poderão atuar nas instituições de ensino básico para a superação das diversas formas de desigualdade que assolam a sociedade que vive no sistema capitalista? Para elucidar essa questão, partiu-se do objetivo geral que é compreender as perspectivas do serviço social diante das complexidades que a produção e reprodução de bens e serviços acarretam para as necessidades humanas quando não são trabalhados desde a primeira infância, buscando alcançar os seguintes objetivos específicos: entender como os assistentes sociais poderão atuar nas instituições de ensino básico para a superação das diversas formas de desigualdade; identificar quais as nuances que desencadearam a necessidade de assistentes sociais em instituições de ensino básico e pontar as potencialidades do serviço social em instituições de ensino básico para minimizar impactos das desigualdades provocadas pelo sistema capitalista. O estudo é relevante por apresentar apontamentos da inserção dessa profissão na educação básica que assertivamente junto as escolas compreenderão as complexidades no que diz respeito à transformação da vida dos alunos e suas famílias diante do sistema capitalista. Assim, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental, de abordagem qualitativa, embasada na teoria marxista, ou seja, materialismo dialético.

Palavras-chave: Assistente Social. Educação Básica. Desigualdade social.

ABSTRACT

The present monograph has as its theme the perspectives of social work in basic education, seeking answers that can elucidate the following question: how social workers can act in basic education institutions to overcome the various forms of inequality that plague the society that lives in the system capitalist? To elucidate this issue, the general objective was to understand the perspectives of social service in the face of the complexities that the production and reproduction of goods and services entail for human needs when they are not worked from early childhood, seeking to achieve the following objectives specific: understand how social workers can act in basic education institutions to overcome the various forms of inequality; identify the nuances that triggered the need for social workers in basic education institutions and point out the potential of social service in basic education institutions to minimize the impacts of inequalities caused by the capitalist system. The study is relevant for presenting notes of the insertion of this profession in basic education that assertively together with schools will understand the complexities with regard to the transformation of the lives of students and their families in the face of the capitalist system. Thus, bibliographic and documentary research was used, with a qualitative approach, based on Marxist theory, that is, dialectical materialism.

Keywords: Social Worker. Basic education. Social inequality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO	133
3 A NECESSIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS NA INSITUIÇÕES DE ENSNO BÁSICO	255
4 MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELO SISTEMA CAPITALISATA	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

As diferenças sociais são grandes em todo o mundo afetando principalmente, os mais pobres, aqueles que vivem em condições subumanas e que necessitam de amparo social e que, muitas vezes, essas situações poderiam ser minimizadas se as pessoas tivessem acesso a alguns conceitos básicos já nas instituições de ensino.

Entende-se que a participação do assistente social na educação não é voltada apenas para o acompanhamento dos problemas comportamentais dos alunos, da evasão escolar, dentre outros, pelo contrário, o profissional pode atuar como um sujeito transformador a partir do momento em que ele contribui com a educação financeira que “é um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 2).

O consumismo é algo real, faz parte do cotidiano das famílias, principalmente, das que possuem jovens e crianças que têm acesso a muitas informações sobre produtos inovadores e que passam a fazer parte do desejo de ter, sem se levar em conta os custos, a necessidade e as consequências do excesso de gastos muitas vezes sem necessidade.

Diante do exposto foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: Como os assistentes sociais poderão atuar nas instituições de ensino básico para a superação das diversas formas de desigualdade que assolam a sociedade que vive no sistema capitalista?

Para responder a tal questionamento, o objetivo geral proposto foi de: “compreender quais as perspectivas do serviço social diante das complexidades que a produção e reprodução de bens e serviços acarretam para as necessidades humanas quando não são trabalhados desde a primeira infância”. Os objetivos específicos foram: entender como os assistentes sociais poderão atuar nas instituições de ensino básico para a superação das diversas formas de desigualdade; identificar quais as nuances que desencadearam a necessidade de assistentes sociais em instituições de ensino básico e apontar

as potencialidades do serviço social em instituições de ensino básico para minimizar impactos das desigualdades provocadas pelo sistema capitalista.

Assim, observa-se que o trabalho do Assistente Social no âmbito escolar é bastante significativo já que visa a busca por soluções de problemas familiares e sociais, empreendendo ações preventivas ou de atendimento às necessidades dos alunos a partir de suas observações, troca de informações com os professores e equipe pedagógica e com os alunos.

Reconhecendo que o Assistente Social é um profissional capacitado para lidar com as adversidades sociais, principalmente nos problemas familiares. É de grande relevância apresentar apontamentos da inserção dessa profissão na educação básica que assertivamente junto às escolas compreenderão as complexidades no que diz respeito à transformação da vida dos alunos e suas famílias diante do sistema capitalista.

Dessa forma a metodologia aplicada para este estudo foi desenvolvido através de um referencial bibliográfico que, segundo Polito (2008), é um dos pontos - chave de qualquer Trabalho de Conclusão de Curso.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre determinado assunto, podendo ser realizados levantamentos bibliográficos em diversos meios de pesquisa e, de acordo com Amaral (2007). Também será recorrido a pesquisa documental que “não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

Quanto à forma de abordagem, é por meio qualitativo que é um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, incluindo notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes para compreender um fenômeno em seu contexto natural (MINAYO, 2014).

A linha de pesquisa que melhor se aplicou foi a linha I: FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E IDENTIDADE PROFISSIONAL. O método de pesquisa escolhido foi a teoria marxista, ou seja, o Materialismo Dialético em que a “história do homem é compreendida de frente para trás, ou seja, partindo do presente de volta ao passado, numa concepção inversa ao modo tradicional de se contar a história” (SOBRAL, 2012, p.11).

Desta forma, foi abordado no capítulo 1 intitulado como “ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO” recorreu – se às obras dos autores: LOPES (2007); ALMEIDA (2005); AMARO (2011). No capítulo 2 cujo título é “A NECESSIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS NA INSITUIÇÕES DE ENSNO BÁSICO” buscou – se subsídios à: OLIVEIRA (2015); BARBOSA (2015; FALEIROS (1986) e por fim, no capítulo 3 “MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELO SISTEMA CAPITALISATA” os autores elencados foram: LIMA (2017); SANTOS (2012). Ressalta – se que nos três capítulos se recorreu a outros autores e legislações pertinentes ao tema. A pesquisa se encerra com as considerações finais e a seguir o leitor está convidado à leitura no capítulo 1 e os demais em sua sequência.

2 ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO

A contratação de assistentes sociais no campo da educação remonta à década de 1930, com um crescimento considerável ocorrendo a partir da década de 1990 e continuando até os dias atuais (CAMPOS et al, 2012). “reconhece-se que o Serviço Social e a Educação têm uma história, um caminho de comunicação a ser estabelecido”, dizem Libânio (2012) e Young (2011, apud DENTZ; SILVA, 2015, p.52).

Nessa visão, a demanda contextual que define a criação do Serviço Social ao longo da história decorre da requisição de profissionais com perfil sociotécnico para funcionarem como ajustadores da classe trabalhadora, dada a ampliação das expressões sociais dos conflitos oriundos do capital- trabalho, que começou na década de 1930. Essa requisição de profissionais com perfil sociotécnico para atuarem como ajustadores da classe trabalhadora foi uma resposta ao crescente número de expressões sociais de conflitos causados pelo capital. Sobre isso Netto afirma que:

[...] somente na ordem societária controlada pelo monopólio que as circunstâncias histórico-sociais são gestadas de tal forma que, na divisão social (e técnica) do trabalho, se estabelece um espaço em que atividades profissionais como as do trabalhador pode ser movido” (NETTO, 2011, p.73).

As duas abordagens do exame da profissão que são delineadas por Montaño (2007) são distintas uma da outra e estão em oposição direta uma à outra. A abordagem endogenista, que “[...] sustenta a gênese do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas 'anteriores' de ajuda, caridade e filantropia” (MONTAÑO, 2007, p. 20, grifo do autor), se contrapõe à perspectiva histórico-crítica, que interpreta a profissão como produto da “[...] síntese de iniciativas político-econômicas, funcionando no desenvolvimento

econômico, replicando-se material e intelectualmente" (MONTAÑO, 2007, P.31).

Iamamoto e Carvalho (2015) trazem uma análise reflexiva da extensa conversa sobre o desenvolvimento histórico do setor profissional para se relacionar com os explorados e desprivilegiados. Ressalta-se também o quanto é importante ter uma consciência integral da dualidade que existe entre pobreza e atividade profissional. Iamamoto e Carvalho contextualizam, a fim de compreender este estudo situacional da natureza dual do serviço social:

[...] Ela atende às exigências tanto do capital quanto do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo através de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração quanto, ao mesmo tempo e por meio das mesmas atividades, em resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e na reprodução do antagonismo desses interesses sociais, exacerbando as contradições que são fundamentais. motivo da história. A partir desse entendimento, é possível criar uma estratégia profissional e política para fortalecer os objetivos do capital ou do trabalho, mas eles não podem ser excluídos do contexto da prática profissional, pois as classes são apenas inter-relacionadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2015, p.75)

Neste contexto, o Serviço Social tem potencial para desempenhar um papel significativo, uma vez que está apto a atuar no âmbito da salvaguarda dos direitos e obrigações das pessoas. Isso representa uma oportunidade para o Serviço Social desempenhar um papel importante.

Diante do fato de que ainda é preciso “entender que a trajetória da política educacional é uma empreitada que exige mais do que a recuperação de um passado definido por leis e mudanças institucionais” (CAMPOS, 2012, p. 12), é essencial que o assistente social tenha uma compreensão distinta do ambiente educacional em que está trabalhando. Em termos de política educacional, é essencial ter uma compreensão clara das leis e regulamentos existentes, a fim de garantir que eles sejam executados de forma lógica e consistente como os princípios fundamentais e princípios orientadores do projeto político ético profissional contemporâneo (MARTINS, 2012).

A partir da década de noventa do século XX, principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 9.394/1996, o sistema de ensino vem se modificando significativamente. Nas duas últimas décadas tais mudanças compreendem a educação como uma

política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, isto é, indicando uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação que precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade (LOPES, ANDRADE e CONCEIÇÃO, 2007).

Dada a complexidade da realidade social e a crescente percepção que a escola tem deste processo é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que possam vir a aproximar as famílias no contexto escolar (LOPES, ANDRADE e CONCEIÇÃO, 2007)

Os altos índices de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas e o processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino é um espaço onde os problemas sociais também são materializados (LOPES, ANDRADE e CONCEIÇÃO, 2007)

A contribuição do assistente social na educação consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos dentre outros) com a ajuda da família, da sociedade civil e dirigentes governamentais, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania (LOPES, ANDRADE e CONCEIÇÃO, 2007)

A atribuição do serviço social na educação é identificar as demandas presentes nas relações sociais que incluem o cotidiano do aluno e as suas relações existentes entre sociedade e família, partindo das necessidades de garantir os direitos previstos constitucionalmente aos educandos (LOPES, ANDRADE e CONCEIÇÃO, 2007)

Para Amaro, o serviço social na educação abrange as seguintes atribuições:

[...] Assessorar grupos gestores escolares e secretários municipais ou estaduais de educação no planejamento de um projeto de gestão e político-pedagógico baseado na democracia para promover e proteger os direitos humanos e da criança na escola; Assessorar as escolas SOE (gestão escolar) e SSE (departamento escolar) para identificar educação, interdisciplinaridade e uma visão abrangente da atenção às necessidades emocionais, sociais e educacionais dos alunos; Atividades de apoio a estudantes ou de trabalho social com estudantes, através de abordagens de apoio, orientação, aconselhamento ou encaminhamento para a rede de serviços sociais, culturais, educativos ou de lazer, bem como recursos relacionados com direitos fundamentais, de forma a promover a sua cidadania, tendo a inclusão educacional como ponto de partida e a inclusão social como ponto de chegada. [...]. (AMARO, 2017, p.33).

Assim, os pontos citados acima apontam para a necessidade da atuação do Assistente Social que promove orientações práticas e teóricas para trabalhar as diferenças e, a partir disso, desenvolve práticas educativas voltadas para a justiça social em que toda a comunidade escolar trabalha em prol da igualdade, da não exclusão social, da aceitação das diferenças em um processo de inclusão.

O Serviço Social poderá articular com a comunidade externa para inseri-la no espaço interno da escola, trazendo elementos facilitadores para a efetividade de conselhos de pais e professores, responsabilidade no processo de participação na escola à medida em que sejam estimulados para expressarem suas dificuldades, necessidades e desejos perante o corpo funcional da escola (LOPES, ANDRADE e CONCEIÇÃO, 2007)

Acredita-se que a escola sozinha não pode resolver as questões de pobreza e desorganização social, "retornos de capital", de seus alunos; a ação solitária dos educadores também não gera resultados satisfatórios, por isso é importante integrar outras áreas de atuação, em uma atividade interdisciplinar, problematizando juntos para a produção de novos conhecimentos e novas práticas menos excludentes. A ideia é reforçada por Gonçalves e Silva (2011, p. 79) quando afirmam que:

A ação do assistente social deve ocorrer em parceria com o Orientador Educacional, Pedagogo e professores, em um trabalho interdisciplinar, focando os estudantes e seus familiares, isto é, a tríade escola-família-comunidade. A prática profissional deve ter por finalidade a busca de alternativas para os diversos problemas que se manifestam cotidianamente nas instituições escolares como, por exemplo, a desmotivação, gravidez, agressividade, evasão, repetência, violência (GONÇALVES e SILVA, 2011, p. 79).

Afirmou-se, com base na experiência profissional, que o papel na construção de análises mais totalizantes em torno das manifestações da questão social nos espaços educativos também é crucial. Isso é feito com o objetivo de problematizar a visão que os atores que ali trabalham e criam têm sobre a família moderna, sobre as circunstâncias de aprendizagem dos alunos, suas situações de vida e de trabalho, sua percepção da escola e suas condições de permanência (e identificação) no sistema educacional.

Nesse cenário, as políticas educacionais serão parceiras fundamentais na busca de tornar mais produtivos os menos favorecidos e incorporar a lógica do capital. Tais comportamentos terão uma dimensão moral significativa, expondo uma nova pedagogia que foi construída para sustentar a ordem hegemônica do capital (NEVES, 2005). Essa nova pedagogia foi produzida por uma ética de mercado, que prioriza o consumo, a competição, o individualismo e a baixa produtividade.

Nesse cenário, as políticas educacionais serão parceiras essenciais na missão de tornar os pobres mais produtivos e incorporar a lógica do capital. Esses tipos de ações terão um conteúdo moral significativo, expondo uma nova pedagogia que se estabeleceu para preservar a ordem hegemônica do capital (Neves, 2005). Essa pedagogia é formada por uma ética que se baseia no mercado, no consumo, na competitividade, na individualidade e na produtividade.

Parte significativa dessa empreitada será desempenhada pela escola pública local, despontando como um locus significativo de abordagem dos pobres, prática relativamente difundida nas nações centrais desde a década de 1960, constituindo uma das instituições primárias no enfrentamento do problema. As políticas educacionais serão estabelecidas para os pobres empobrecidos de forma a tornar o aprendizado acessível sem grandes demandas, apetitoso e produtivo, independentemente da qualidade e leveza da formação. Isso será feito apesar do fato de que a educação será simplificada (LESSA, 2003, p 01)

É fundamental sublinhar que o profissional Assistente Social que está inserido na escola não concebe atividades que substituam as realizadas por especialistas convencionais da área da Educação. Isso ocorre porque tais ações seriam consideradas antiéticas. A sua contribuição consubstancia-se no

sentido de subsidiar e auxiliar a escola, bem como os seus demais profissionais, no enfrentamento de desafios que fazem parte da agenda de formação e atuação profissional do Assistente Social, sobre os quais a escola muitas vezes não sabe como intervir.

O avanço teórico metodológico do Serviço Social na área da educação, estabelece uma relação com o trabalho de socialização, sensibilização, informação, capacitação e organização da comunidade escolar, além de traçar um perfil sociofamiliar dos alunos que estejam em situação de distorção série/idade afim de identificar quais as medidas de intervenção das escolas frente ao problema (LOPES, ANDRADE e CONCEIÇÃO, 2007).

Nesse sentido, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2001), o Assistente Social na educação ou no espaço escolar, deve desenvolver atividades técnicas tais como:

Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, [...]; participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, [...] doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, [...]; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, [...]; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social e que estão previstas na Lei de Regulamentação da profissão (CFESS, 2001, p. 13).

É de suma importância que o profissional de Serviço Social que está inserido na escola tenha a capacidade de trabalhar com programas voltados à prevenção e não perca seu tempo lidando apenas com a efervescência das questões sociais. Na escola, o assistente social tem que ser o profissional que se preocupa em promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade em que está inserido. Isso é algo que precisa ser feito para garantir que o aluno tenha sucesso na escola.

A educação que se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada, organizada sob a forma de política pública, mas não se constrói a despeito dela, visto que sob as condições de vida da sociedade capitalista é ela que encerra a dimensão pública que mediatiza, de forma institucional e

contraditória, o direito ao acesso aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo.

Por essa razão a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil (ALMEIDA, 2005)

Algumas mediações passam a ser centrais para a compreensão da relação entre a educação, como dimensão da vida social, e a dinâmica do mundo da cultura e do trabalho. Situar a política educacional neste esforço é imprescindível, o que impõe a necessidade de não produzir nenhum hiato interpretativo no tratamento de sua complexidade, ou seja, não se pode desconsiderar a relação entre suas expressões legais, na qual se inscreve a LDB, e institucionais, nas quais se materializa a extensa e diferenciada rede de instâncias e unidades educacionais, com os processos culturais, econômicos e políticos presentes na realidade brasileira e mundial (SANTOS, 2012).

Vale sublinhar que a progressiva ampliação da política educacional em suas bases de sustentação legal, programática e institucional é a expressão histórica do lugar que ocupa nos processos de disputa pela hegemonia cultural em relação ao dinamismo particular da produção e da reprodução social em diferentes períodos. Essa expansão, refletida, por exemplo, na LDB e na diversificada rede de serviços e entidades educacionais, públicas ou privadas, demonstra também a ampliação e o grau de complexidade alcançado na dinâmica entre o Estado e a sociedade civil em seus relacionamentos com esta dimensão da vida social que é a educação (ALMEIDA, 2005).

Alguns desafios se colocam para o trabalho do assistente social neste percurso. O primeiro a ser destacado diz respeito às demandas que recorrentemente lhes são apresentadas em relação à resolução de uma série de conflitos de natureza socioinstitucional, característicos de um campo que paulatinamente vem sofrendo com um profundo distanciamento entre as estratégias pedagógicas de mobilização para um investimento cultural, como requer a educação escolarizada, e a herança social de uma população cada vez mais mergulhada nas dificuldades decorrentes do esforço de forjar novas

estratégias de sobrevivência. Esse emaranhado institucional se expressa, sobretudo, nas turmas de aceleração, nas classes especiais, nas turmas de progressão e nos processos de frequência irregular e evasão (ALMEIDA, 2005).

Um outro desafio diz respeito às requisições de inserção na rede de serviços sociais que tipificam a presença dos assistentes sociais nos processos de intermediação institucional entre as unidades educacionais e as demais políticas sociais. Essa dimensão do trabalho do assistente social na área de educação, muito embora não seja exclusiva a esta área, adquire uma particularidade importante hoje na medida que esbarra em diferentes concepções presentes nessa área sobre a relação entre a própria educação e assistência; ora reduzindo-a a um conjunto de preocupações e ações assistencialistas, ora a uma relação que muito pouco tem a ver com a dinâmica das unidades educacionais, caracterizando-se como uma necessidade estranha à dinâmica escolar (ALMEIDA, 2005).

O assistente social, utilizando sua fundamentação teórica, seu domínio técnico e seu amplo conhecimento da teia social em suas multífaces, atua orientado pelos princípios da defesa da humanização e prevenção de práticas discriminatórias da escola; valorização e respeito à diversidade cultural, sexual, étnica e religiosa de indivíduos e grupos que habitam a escola; autopromoção dos segmentos individuais e coletivos da escola; qualificação das relações sociais construídas e vividas no espaço escola; protagonismo juvenil, ativo e responsável, de alunos e egressos na escola; interdisciplinaridade e visão complexa da realidade social e sua interface com o mundo da escola (AMARO, 2011).

Segundo Guerra (2000a), o termo "instrumentalidade" não se refere apenas ao conjunto de ferramentas e métodos; pelo contrário, trata-se de uma qualidade da profissão que se constituiu e se reconstruiu ao longo do desenvolvimento histórico do serviço social. A instrumentalidade "[...] cria um potencial tangível de aceitação social da profissão ao permitir o atendimento de demandas e o alcance de metas (profissionais e sociais)" (GUERRA, 2000a, p. 53).

Por meio da instrumentalidade, os profissionais podem objetivar suas intenções nas respostas profissionais, influenciando e remodelando as

circunstâncias objetivas e subjetivas, bem como as interações interpessoais e sociais já existentes em um determinado nível social - o cotidiano. Como resultado, "À medida que os profissionais empregam, desenvolvem e adaptam as circunstâncias existentes, tornando-as meios/instrumentos para a objetivação de intenções, seus atos tornam-se portadores de instrumentalidade". (GUERRA, 2000a, p. 53).

Essa instrumentalidade da profissão está relacionada à sua condição de instrumento de controle que ajuda a sustentar a produção material e a reprodução ideológica da força de trabalho, uma vez que sua finalidade é interferir nas questões sociais. Além disso, as atividades são dotadas da racionalidade técnica e da razão instrumental discutidas no artigo anterior. Nessa abordagem, a instrumentalidade da profissão subsume os meios aos fins, e seu imediatismo impede que os sujeitos compreendam os objetivos individuais para os propósitos da sociedade. Os sujeitos não tomam decisões que sejam capazes de elevar seus interesses individuais, na medida em que incorporam valores humano-genéricos (GUERRA, 2000b).

Além disso, os assistentes sociais operam sob os limites de estruturas técnicas, legais, burocráticas e institucionais. As ações parecem ser o resultado de métodos, padrões, normas e leis previamente estabelecidas por instituições sociais, sobre as quais a profissão não tem influência. Ao conceder autonomia às técnicas de ação e ferramentas tecnológicas e torná-las independentes do objetivo profissional, o assistente social transforma o suplementar em indispensável. Pela ampliação da técnica e falta de teoria, práticas completamente empiristas e acríticas, a práxis torna-se repetitiva (GUERRA, 1995).

No desenvolvimento de respostas mais qualificadas, a lógica instrumental é insuficiente. Consequentemente, é fundamental investir na instrumentalidade motivada pela razão dialética, mediada pela mediação. A lógica dialética é substancial e libertadora. Ela engloba contradição, movimento, negatividade, totalidade e mediações em sua busca pelo cerne dos fenômenos (GUERRA, 2000a).

A procura por uma compatibilidade ou um lugar que possibilita a atuação do profissional de Serviço Social na escola pública, mediante o tempo presente

é um grande desafio, porém, fundamental, exigindo efetivo compromisso profissional. Na visão de Amaro:

Trata - se de “reprogramar” o Serviço Social para compreender - se e aceitar - se fora da atuação restrita ao âmbito das políticas de seguridade social e que marcou a história da profissão no país. Isso implica, dialeticamente, “renovar-se” para atuar na política educacional. (AMARO, 2011, p. 20).

Como profissionais inseridos na dimensão sócio-técnica do trabalho que também atuam na educação, a precariedade das condições e das relações de trabalho impacta diretamente na prática profissional dos assistentes sociais. Isso ocorre porque os assistentes sociais exercem suas atribuições e competências profissionais muitas vezes sujeitos a contratos temporários e terceirizados. Com isso, a autonomia e as estratégias profissionais dos assistentes sociais estão sendo prejudicadas pelas condições de sua inserção no mercado de trabalho. Eles são fonte de instabilidade e insegurança e representam um problema para os assistentes sociais em suas condições de trabalho. Isso porque os assistentes sociais lidam diretamente com indivíduos que são colocados em situações precárias, onde seus direitos são violados, há violência e há desigualdade social.

Diante disso, corrobora-se com o que Iamamoto tem a dizer quando afirma que " as mudanças que influenciam o chamado 'mundo do trabalho' e os laços entre Estado e sociedade [...], afetam diretamente o trabalho diário do assistente social". (IAMAMOTO, 2018, p. 21-22).

Ao abordar o trabalho do assistente social no campo educacional, é fundamental estudar o ambiente sócio-histórico em que essa educação foi e continua sendo difundida, bem como os interesses a que ela atendeu. É evidente que em uma sociedade capitalista cujas ações são determinadas pelo ideal neoliberal, é impossível idealizar a educação em sua totalidade, como um componente da vida social, capaz de facilitar a libertação dos sujeitos, não apenas porque atende aos interesses sociais, mas também aos interesses do modo de produção capitalista, que transforma esse componente social em uma única mercadoria (PIANA, 2009).

Por isso, é preciso uma atuação para além do capital, que tem um compromisso social e profissional com essa ação, e que promova espaços de

debates entre a categoria, os alunos e toda a comunidade para refletir sobre o papel da educação, o compromisso que ela deve ter com o processo de formação de cada sujeito, e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa (LIMA, 2018).

Não há dúvidas de que a questão social é regida pelas relações sociais, dispostas em um jogo de correlação de forças, em que sujeitos, individuais e coletivos, são os principais agentes. A questão social se manifesta e revela, ora mostrando, ora mascarando, problemas éticos, morais e legais que atentam contra princípios básicos da humanidade, como tratamento igualitário, o respeito a sua diversidade e o direito à justiça social. (AMARO, 2011).

Esse processo de apropriação e conscientização profissional não se dá em uma temporalidade imediata ou imediatista, mas é processual e deriva de sucessivos aprofundamentos. Parte de uma atitude empoderada e crítica do profissional e requisita um olhar e ação “abertos”, eticamente orientados e politicamente capacitados para agir. Isso implica “aprender a ver” os sujeitos que atuam e convivem no cenário educacional em seus papéis sociais e institucionais, bem como nas relações sociais e de poder plasmadas em outras, que orquestram. O conhecimento aprofundado e permanente desses elementos e suas inter-relações são centrais ao trabalho profissional e servem de ponto de partida a uma análise institucional, numa perspectiva crítica. (AMARO, 2011).

O Serviço Social muitas vezes contribui para avanços significativos no campo da educação, mas Gerardi (2000) afirma:

[...] seria ingênuo acreditar que o serviço social poderia resolver todos os problemas no campo da educação, mas seria prudente dizer que o serviço social pode contribuir para a melhoria do sistema educacional por meio da ação direta nas escolas e redes sociais. planejamento de programas de assistência à família voltados ao combate à exclusão social. (GERARDI, 2000, p. 54).

É fundamental notar que o campo da educação é uma vasta área de atuação e, como resultado, a função do assistente social não se limita às demandas individuais dos alunos; ao contrário, abrange também atividades com as famílias dessas pessoas, bem como com outros atores sociais.

Trabalhadores da educação, movimentos sociais, conselhos de educação e a sociedade em geral estão todos incluídos nessa definição de política.

Sendo um articulador do conhecimento que é trabalhado no âmbito da escola com a realidade social, com o objetivo de instrumentalizar o sujeito para compreender e intervir na realidade, são infinitas as possibilidades de intervenção do Assistente Social na prática profissional na área da educação, e não se esgotam aqui. Por exemplo, construindo a articulação da instituição escolar em relação ao espaço social em que está inserida. Isso se dá principalmente em relação à escola pública, que desempenhou um papel essencial no âmbito da classe trabalhadora (SANTOS, 2012).

Esse processo revelou a necessidade de construir uma ação junto a outras formas de organização já existentes na comunidade, como conselhos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos. A contribuição do Serviço Social pode ser bastante substancial, pois seu trabalho se define pela articulação dessas variadas formas de organização e tendo em mente constantemente uma leitura ou diagnóstico do meio social, identificando suas questões ou demandas. Como resultado, o Serviço Social é capaz de trazer partes da comunidade em que está inserido para o espaço interno da escola em que está inserido (ALMEIDA, 2005).

Mesmo que seja de conhecimento geral que as questões sociais que impactam o cotidiano de quem utilizam a política educacional têm origem na incongruente ligação entre capital e trabalho, bem como no padrão de acumulação de capital que resulta da. Nessa relação, a atuação profissional do assistente social se dá no contexto da garantia da inclusão social, do acesso dos usuários aos direitos sociais e das condições mínimas para o exercício eficiente da cidadania (MARTINS, 2012)

Dessa forma, no próximo capítulo foi abordada a necessidade dos profissionais do serviço social nas instituições de ensino básico, que implica promover uma sociedade mais igualitária e mais justa, tendo em vista o capitalismo que distancia as pessoas devido aos recursos econômicos e, também, pela divisão social existente.

3 A NECESSIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO

A educação é um componente fundamental no processo de mudança social, pois permite o desenvolvimento e a qualificação das pessoas para o trabalho na sociedade e as prepara para o mercado de trabalho. No entanto, a educação pública, em particular, nos revela uma deficiência em termos de ensino, organização, condições de trabalho e salários de professores e funcionários administrativos.

A explicação e/ou justificativa para isso pode ser encontrada não apenas dentro das salas de aula, mas também no âmbito familiar e social em outras relações que ocorrem no dia a dia. Laços de poder (políticos, econômicos e sociais), bem como interações de violência (intrafamiliar, social, bullying, discriminação, psicológica, física, negligência, entre outras) que causam exclusão social, estão representados nas relações que existem em o ambiente escolar (OLIVEIRA, et al., 2015).

Como profissão que luta pela proteção dos direitos sociais, o serviço social reconhece a necessidade e o significado de sua incorporação nas instituições de ensino. Isso se deve ao fato de que o trabalho realizado por um assistente social no contexto de uma escola pode contribuir para a conquista do direito do aluno à educação, bem como para a manutenção de sua matrícula em programas educacionais. Isso porque o assistente social lida com

as repercussões de um problema social conforme ele se manifesta nas interações sociais que ocorrem dentro do mesmo (OLIVEIRA, et al., 2015).

Como resultado da constatação de que o assistente social desempenha um papel importante no funcionamento das instituições de ensino, entendemos ser necessário dar passos no sentido de promover a sensibilização sobre a importância do serviço social nos ambientes educativos. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é contribuir para a divulgação da relevância do serviço social nas instituições de ensino, principalmente as públicas, com o objetivo final de ajudar a proteger efetivamente os direitos dos alunos e afirmar as políticas governamentais de inclusão (OLIVEIRA et al., 2015).

É necessário compreender a educação como uma Política Social, a qual tem o compromisso de garantir direitos sociais, entendendo assim o papel que a escola assume dentro da sociedade. A partir do momento em que compreendemos o papel exercido pela escola, entendemos também a função social que a educação pode exercer no contexto da sociedade em que estamos inseridos (OLIVEIRA, *et. al.*, 2015).

O surgimento do Serviço Social no campo educacional se deu no ano de 1906, nos Estados Unidos da América, quando nos centros sociais designavam visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do Bairro, com o intuito de descobrir o motivo pelo qual as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar e a falta de aproveitamento escolar dessas crianças (PIANA, 2009).

Quando a vanguarda profissional virou a página e percebeu a necessidade de auxiliar o movimento operário, participando dessa forma para a construção de um projeto ético-político voltado aos interesses da classe trabalhadora, o momento de grandes mudanças no Serviço Social brasileiro deixou sua marca no III CBAS, realizado em 1979 na cidade de São Paulo. Este evento marcou o início de um período de grandes mudanças no Serviço Social brasileiro.

Na segunda parte da década de 1970, encontra-se a origem do projeto ético-político. Esse esforço semelhante prosseguiu na década de 1980, foi solidificado na década de 1990 e agora está em desenvolvimento, com tendências sociais neoliberais e uma nova resposta conservadora dentro da profissão exercendo pressão significativa durante a última década (BRAZ, 2005, p.3).

É preciso compreender o que é projeto social e projeto profissional para compreender o projeto político ético. "O projeto corporativo dá uma imagem de uma sociedade a ser desenvolvida. Essa sociedade precisa de ideais particulares para justificá-lo e privilegia ferramentas específicas (tanto materiais quanto culturais) para fazê-lo acontecer" (NETTO, 1999, p.2). Por serem empreendimentos de grande envergadura envolvendo a totalidade da sociedade, sua classificação como projetos de classe são adequados. Está presente na dinâmica de todo projeto de grupo, inclusive no projeto político ético do serviço social, que é um desses projetos.

Por outro lado, pode-se afirmar dos projetos profissionais, incluindo o projeto político ético do Serviço Social:

Fornecem a autoimagem de uma profissão, escolhem os valores que a justificam socialmente, delimitam e priorizam seus propósitos e funções, traçam os pré-requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para seu exercício, prescrevem regras para a conduta dos profissionais e construir a base dos seus contactos com os utentes dos seus serviços, com outras profissões e com organizações e instituições sociais privadas e públicas (incluindo o Estado, que é responsável pelo reconhecimento legal dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 4)

Entende-se que o projeto político ético do serviço social está embasado na transformação social a partir da união com profissionais de várias áreas, dentro de uma equipe multiprofissional, juntamente com organizações e instituições públicas e privadas, o que no entendimento de Netto (1999, p. 4): "Não há dúvida de que a agenda política ética do Serviço Social brasileiro está atrelada a um projeto de reforma da sociedade". Essa conexão é possibilitada por uma necessidade proporcionada pelo aspecto político do engajamento profissional.

Atuando em sua rotina profissional, o assistente social imprime em seus atos uma orientação social, que pode beneficiar um ou mais projetos societários, imprimindo uma determinada orientação social entrelaçada a um determinado valor ético.

À luz das informações apresentadas acima, pode-se deduzir o arcabouço fundamental do projeto ético político. No seu centro estão os três seguintes aspectos: o reconhecimento da liberdade como valor ético; a

dedicação à autonomia, à emancipação e à plena expansão dos indivíduos sociais; e a conexão com um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

Em relação ao acesso universal a bens e serviços, como políticas e programas sociais, o projeto defende a equidade e a justiça social no contexto do componente político; busca ampliar e consolidar a cidadania para garantir os direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora. Em outras palavras, afirma que é democrático, e seus objetivos incluem a socialização do envolvimento político, bem como a socialização da renda gerada pela comunidade como um todo (NETTO, 1999).

Porque proporcionará um aperfeiçoamento intelectual ao assistente social e despertará nele uma preocupação com a (auto) formação permanente e uma postura investigativa contínua, dá forte ênfase à formação acadêmica qualificada. Isso porque é importante concentrar-se na competência do ponto de vista profissional, razão pela qual a ênfase é colocada na formação acadêmica.

Por último, em relação ao usuário, o projeto prioriza o desenvolvimento de uma nova conexão sistemática com os usuários dos serviços que estão sendo prestados. Isso envolve o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, a divulgação dos recursos institucionais, a capacidade de democratizar e universalizar o acesso e, principalmente, a abertura das escolhas institucionais ao envolvimento dos usuários. Enfatiza o fato de que a atuação ético-política do assistente social será reforçada ao buscar a articulação com segmentos de outras categorias profissionais e grupos que compartilham princípios semelhantes com a luta pela classe trabalhadora (NETTO, 1999).

Teixeira e Braz (2009, pg. 7) “destacam o fato de que existem componentes que concretizam o projeto ético-político do serviço social, bem como partes fundamentais do projeto ético-político do serviço social”. Estes componentes dizem respeito à explicitação de princípios e valores ético-políticos; à matriz teórico-metodológica na qual está enraizada; crítica à ordem social predominante na sociedade capitalista e, finalmente, nos conflitos e posições políticas conquistadas pela categoria em função de suas formas

coletivas de organização política e de sua participação nessas organizações (TEIXEIRA e BRAZ, 2009).

Nesse sentido, entende-se que os elementos, acima citados, estão fundamentados na agenda ético-política que ganham destaque de acordo com os componentes produzidos pelos assistentes sociais, dentre os quais citam-se: a sistematização da prática profissional, o aspecto político-organizacional que envolve os órgãos profissionais e os fóruns deliberativos como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRSS) dentre outros; o aspecto jurídico e político profissional que inclui leis, resoluções e regulamentação da profissão como a Lei 8.662/93 dentre outras instruções normativas que regulamentam a profissão (TEIXEIRA e BRAZ, 2009).

No que se refere à educação, a escola se dedica a estruturar o trabalho de forma a torná-lo mais concreto para quem tem direito, a permitir o acesso do indivíduo à cultura de uma comunidade e de uma nação, por meio do direito que os cidadãos têm de opinar e ser ouvido pelos demais, e o Serviço Social em seu compromisso de efetivar os direitos sociais intervindo nas manifestações do problema social, tanto na atuação direta nas unidades escolares quanto na gestão do sistema de ensino como um todo (PIANA, 2009).

Quando se considera os aspectos pedagógicos e educativos do serviço social, está se referindo ao corpo de trabalho que vem sendo desenvolvido pelos profissionais com a intenção de desmistificar e revelar a realidade que produz e reproduz as desigualdades, com o objetivo final de emancipar os indivíduos sociais por meio da autonomia, participação e outras formas de agência social. A elaboração de um perfil do profissional da educação reflete o desenvolvimento de ferramentas para superar o estado de opressão e dominação das classes oprimidas e dominadas, na perspectiva da profissão educacional (PIANA, 2009).

A relação entre o Serviço Social e a política de educação brasileira não é recente; remonta desde a gênese da profissão, sendo esta política um dos primeiros espaços sócio-ocupacionais do assistente social (BARBOSA, 2015).

[...] a demanda social por educação da classe trabalhadora foi

reconhecida durante a década de 1930. Assim, o Estado reconhece e institucionaliza a educação a partir da Constituição republicana de 1934 (BARBOSA, 2015, p.132).

A educação se coloca como uma das demandas fomentadas pela classe trabalhadora, o que implica compreender que “O problema do analfabetismo, da evasão escolar da repetência, irá se configurar ao longo das décadas como uma demanda institucional, a qual irá exigir respostas para seu enfrentamento” (BARBOSA, 2015, p.100).

É fundamental notar que existem distinções entre o conceito de demandas institucionais e demandas sociais, portanto, apesar de refletirem prioritariamente as necessidades de capital, aquelas que estão na alçada das instituições dizem respeito aos processos de reconhecimento e validade de demandas sociais a serem derivadas dos serviços da instituição. A respeito disso, “[...] A atuação do Serviço Social na educação se realiza a partir de movimento histórico entre reconhecimento e institucionalização de demandas sociais e a emergência de demandas institucionais” (BARBOSA, 2015, p.159).

Quando se tem a institucionalização da educação para a classe trabalhadora, no âmbito escolar surgem outras demandas relacionadas tanto à estrutura educacional (analfabetismo, evasão, repetência etc.), como às péssimas condições de vida da grande maioria dos alunos e de suas famílias, já que prevalecem os segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, maioria da população (BARBOSA, 2015).

Considerando a evolução da política educacional brasileira e o desejo social pela educação da classe trabalhadora (BARBOSA, 2015), concluímos que a escola é o principal espaço de atuação social na educação. Sublinhamos que as solicitações prestadas estão organizadas como demandas institucionais que representam necessidades de capital e necessitam da participação de profissionais competentes para reagir a elas, implicando a necessidade de Serviço Social no espaço escolar, no qual o assistente social teria que intervir para garantir a permanência do aluno.

Assim, “Neste período, a inserção do Serviço Social nas instituições foi realizada com o intuito de adequar as pessoas problemáticas ao seu entorno. [...] Por isso, defende-se a noção de que sempre houve necessidades neste

campo, necessitando da atuação desse profissional” (BARBOSA, 2015, p.92), apresentando-se assim como um lugar historicamente constituído.

O Serviço Social Escolar é um método pelo qual o Assistente Social, através do uso de princípios e técnicas promove um melhor relacionamento entre a escola, família e o melhor, visando o seu desenvolvimento e capacidade de vida em comum e a procura coletiva de fins sociais elevados e desejáveis. (FALEIROS, 1986)

Exemplos dessa articulação, na prática, podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou certidão de nascimento dos filhos e a evitar relações consideradas promíscuas ou perigosas: era a ordem moral e social para harmonizar classes sociais e edificar a “boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadia” (FALEIROS, 2005).

A inserção do Assistente Social na educação pública constitui-se em uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletido em sua família, por meio da disponibilidade de atendimento e acompanhamento individualizado, como também buscando a promoção da democracia através da abertura de espaços de participação e envolvimento na realidade escolar (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2019).

A inserção do Assistente Social na Educação representa para o fortalecimento da Gestão Escolar. Porém encontramos várias limitações para a inserção desse profissional na escola pública, como mais custos para os cofres públicos, a diferenciação salarial desse profissional em relação aos professores, e o próprio entendimento dos profissionais tradicionais da educação sobre as contribuições do Serviço Social para a realidade educacional e êxito da Gestão Escolar (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2019).

A atuação do Assistente Social no contexto escolar tem por objetivo a possibilidade da contribuição para a resolubilidade das problemáticas sociais perpassadas em âmbito educacional, as quais possam desdobrar-se em atendimentos sociais aos alunos, suas famílias ou comunidade geral, na realização de encaminhamentos, informações, orientações, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, dentre outros. Nessa ótica,

entende-se que para atingir a criança de forma integral, é necessário intervir na sua família (SCHNEIDER e HERNANDORENA, 2019).

O Assistente Social na educação é o profissional propulsor para que haja essa ebulição no processo de democratização da escola, na contramão do ideário neoliberal, em que a participação, como categoria social, é o eixo fundamental para a construção de uma nova proposta do papel da escola, do ensino e da educação, observando-se a complementaridade da Gestão Escolar e Serviço Social, na eficácia de uma educação transformadora contribuindo para a efetivação de uma Gestão Escolar, que seja de fato plena e atenda o aluno na sua integralidade (SCHNEIDER e HERNANDORENA, 2019).

Diante disso, é fundamental destacar que os assistentes sociais estão instrumentalizando seus atos, modificando a rotina profissional e a comunidade escolar que precisam do seu envolvimento, por meio da mudança dos meios e instrumentos existentes, para atingir seus objetivos profissionais. Isso é feito para atingir seus objetivos profissionais.

Em outras palavras, as ações desses profissionais tornam-se portadoras de instrumentalidade quando estabelecem, empregam ou se adaptam a circunstâncias pré-existentes, transformando essas condições em instrumentos de objetivação de intenções (SOUSA, 2008).

Portanto, não há dúvida de que a instrumentalidade é uma necessidade necessária para todas as formas de trabalho social e uma categoria fundamental, ou modo de ser, subjacente a todas as formas de emprego.

Além de ter uma compreensão da instrumentalidade do serviço social, é essencial ter uma compreensão das dimensões que devem estar no domínio do assistente social. Essas dimensões incluem os aspectos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos que serão necessários em sua prática profissional no ambiente escolar. Compreender esses aspectos é essencial (SOUZA, 1995).

O primeiro ponto a ser esclarecido é a competência técnico-operativa, que, segundo Sousa, consiste na necessidade de o profissional conhecer, apropriar-se e criar um conjunto de capacidades que lhe permitam desenvolver ações profissionais junto à população usuária e contratar instituições. Esta é a primeira de duas coisas que precisam ser esclarecidas. Como resultado, garantir que alunos competentes sejam admitidos nas Unidades Escolares, o

que satisfaça os requisitos estabelecidos pelos empregadores, bem como os objetivos articulados por especialistas do setor e as complexidades da realidade social.

Segundo a competência teórico-metodológica, profissional competente é aquele que conhece as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais do meio em que atua. Para tanto, é imprescindível um intenso rigor teórico e metodológico, pois permite enxergar a dinâmica da comunidade escolar para além dos fenômenos aparentes, com o objetivo de tentar abranger sua essência, seu movimento e as possibilidades de instituição de novos profissionais. Possibilidades (SOUZA, 1995).

Por último, mas não menos importante, a competência a ser abordada é a ético-política, que, segundo o livro de Souza (1995), consiste na postura política do profissional frente às demandas da realidade social, para que ele tenha clareza sobre a orientação social de seu trabalho. Isso exige a incorporação dos princípios éticos e morais que são sustentados pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais na conduta dos assistentes sociais.

É fundamental salientar que esses três aspectos da competência não podem ser desenvolvidos isoladamente. Esse é o principal problema do serviço social, que se concentra na articulação entre teoria e prática, e é por isso que é importante enfatizar isso. Além disso, é fundamental ter uma noção firme de que os objetivos profissionais são o fator decisivo para as ferramentas e estratégias de intervenção.

Ainda segundo Sousa (2008), não só são imprescindíveis em qualquer processo de intervenção racional, como também são construídos com base nos objetivos que são especificados no planejamento de ação que é realizado pelo Assistente Social. A primeira coisa que ele faz é explicar "Por que fazer isso" e depois passa para "Como fazer". É viável determinar a articulação entre as competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas nesse ambiente.

Nesse sentido, é de suma importância, que o profissional seja capaz de reavaliar continuamente as ferramentas de que dispõe no trabalho e estar em condições de compreender as exigências de cada dia de trabalho sob o ponto de vista do todo. A base teórica e metodológica da categoria, que está de

acordo com os valores éticos e políticos hegemônicos, fornece as bases para uma prática profissional condizente com os interesses da classe trabalhadora.

De acordo com o Código de Ética Profissional (1993) do Assistente Social, o dever ético e político do assistente social é lutar por "uma nova ordem social". Isso envolve garantir que o usuário tenha acesso às políticas de direitos públicos para cumprir essa obrigação.

Com isso, o Serviço Social na área escolar tem a visão de colaborar com a realização de diagnósticos sociais, articulando-se com outras instituições oferecendo métodos para atender às demandas socioeconômicas, ajudando a potencializar o enfrentamento das demandas no campo educacional e possibilitando o acesso a direitos sociais meios de programas, projetos e atividades de valorização do ambiente escolar como espaço de apropriação pela comunidade escolar. Tudo isso em um esforço para valorizar a cultura escolar como lugar de apropriação pela comunidade escolar (OLIVEIRA, *et al.*, 2015).

Dessa forma, faz-se necessário abordar a questão da atuação do assistente social na minimização dos impactos provocados pelo sistema capitalista conforme será abordado no capítulo 3, abordando a importância do serviço social dentro das instituições de ensino.

4 MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELO SISTEMA CAPITALISTA

O projeto de Lei nº 3688/2000, no art. 1º e nos incisos 1º e 2º, decreta que o trabalho do assistente social deverá atender as redes públicas de educação básica por meio de equipes multiprofissionais atuando como forma de impulsionar a qualidade de ensino aprendizagem e colocar a comunidade escolar em contínua participação intervindo nas relações sociais e considerando o projeto político pedagógico (LIMA, 2017).

A escola é vista como um dos principais campos sociais, pois é nela que os alunos manifestam a sua realidade social. É nesse sentido que surge a necessidade da integração do assistente social à equipe multidisciplinar para atuar juntamente com outros profissionais usando seus conhecimentos teóricos metodológicos e técnico operativo em diversas situações com: trabalho infanto-juvenil, desemprego dos pais, drogas, fome, violência doméstica, exclusão social, evasão escolar, entre outras complexidades (LIMA, 2017).

Pode-se reconhecer que a educação tem vínculo ontológico com a categoria trabalho, sendo fruto da atividade fundadora do ser social (MARX, 1984); portanto, é uma categoria fundada, na qual, segundo Lukács, ocupa a posição teleológica secundária, voltada para a consciência de outros homens, assim como a mediação no processo de reprodução social.

A educação é vital para a formação do gênero humano no processo de apropriação dos produtos criados pelo ser social, inclusive o conhecimento. No entanto, a educação não deve ser confundida com o trabalho de uma perspectiva ontológica. O progresso da humanidade, particularmente em conjunto com o modo de produção capitalista, resultou no abandono da finalidade essencial da educação; como resultado, houve uma especificidade da educação, sob a lógica do capital, relacionada com a natureza da política.

Nessa visão, partimos do conceito de que a educação tem duas dimensões: o sentido amplo, como complexo social de segunda ordem, e o sentido estrito, como singularidade da educação no plano histórico particular (BERTOLDO, 2009). É no plano constrangido, que se torna política social, que se torna uma arena investigativa para especialistas em serviço social.

Tendo em mente essa dimensão confinada da educação - considerando sua especificidade ao longo da história e como o capital, na forma do Estado, a absorve é então que a educação se torna política social, e o Estado opera sob uma intervenção contínua, metódica e estratégica. Abordagem das manifestações da "questão social", reagindo com as políticas sociais para proporcionar circunstâncias propícias ao crescimento monopolista.

O Estado contemporâneo, sob a direção do capital monopolista, passou a exercer o controle sobre a força de trabalho, regulando os problemas sociais e, conseqüentemente, exigindo dos profissionais o trabalho em resposta às necessidades existentes (note-se que isso também é fruto das lutas dos trabalhadores, quando a "questão social" é vista em sua dimensão política). Nesse nível de capitalismo, o Estado "busca regular as manifestações da "questão social" para se adequar às demandas da ordem monopolista, por meio da adesão que obtém de categorias e setores cujas demandas compreendem diversos sistemas de consenso, mas operativos" (NETTO, 2011, p.30).

É fundamental destacar que tais análises são fundamentais para compreender como a ordem burguesa, de forma contraditória, gera determinações que tendem a necessitar das mais diversas reflexões, construções e recomendações profissionais para sua luta, produzindo conflitos. Partimos do pressuposto de que o Serviço Social como profissão é concebido, cresce e funciona em uma sociedade capitalista. Nessa visão, "[...] o papel intelectual-crítico do Serviço Social que, embora conviva com uma produção centrada na descoberta da informação, exerce mecanismos adicionais de socialização de valores e ideologias desvinculados às necessidades imediatas da prática" (MOTA, 2013, p.20). O Serviço Social também é um corpo de conhecimento nesse sentido.

O assistente social é um profissional preparado para lidar com as complexidades dos alunos, seja ela, familiar ou escolar. O mesmo desenvolve seu trabalho através de um estudo social, esse estudo é um instrumental próprio do serviço social. É através desse estudo que o profissional analisa sua forma de intervir diante de cada caso, orientando os professores e gestores, como se deve agir diante das problemáticas apresentadas pelos alunos (LIMA, 2017).

O profissional de Serviço Social atuará diretamente com os problemas sociais educacionais, onde vale evidenciar que este profissional não substituirá, de forma alguma, no exercício de outros profissionais que formam a equipe educacional da escola. Para este profissional o desafio ainda é grande para trabalhar com uma intervenção qualificada. O trabalho do assistente social na equipe multidisciplinar da escola busca dar suporte para a equipe técnica pedagógica, auxiliando no enfrentamento de questões de caráter social que muitas vezes a escola não sabe com intervir (LIMA, 2017).

Em relação à incorporação do profissional no ambiente escolar, Moreira (2013) afirma que:

[...] precisamos pensar a escola tradicional mais do que um locus estratégico da classe dominante de propagação destas ideias, mas também como uma instituição social que tem por objetivo formatar formas de pensar, valores, hábitos, comportamentos e sentimentos necessários ao futuro dirigido. Contudo, coerentemente com as contradições inerentes ao capitalismo, essa mesma instituição representa um importante meio no qual os trabalhadores, através do seu acesso e utilização, podem alcançar parte dos conteúdos necessários aos processos de ampliação de visão de mundo e de formação de uma consciência crítica. (MOREIRA, 2013, p. 153)

Observa-se que os Assistentes Sociais são profissionais que compreendem a realidade, tendo conhecimento de que os cidadãos são possuidores de direitos e deveres e ao engajar em suas atividades profissionais, estes devem pautar seu trabalho na transformação social, engajando-se no trabalho voltado para a luta em prol dos valores, crenças e hábitos que constroem os princípios éticos profissionais.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº. 3252/1957, seguidamente revogada pela Lei nº. 8.662/1993, visto que as suas primeiras escolas surgiram no país na década de 1930. É reconhecida como um tipo de especialização do trabalho coletivo, que tem como propósito considerar em seu projeto ético-político a estruturação da cidadania, com o intuito de contribuir no processo de construção de uma sociedade mais justa, crítica, produtiva e democrática (LIMA, 2017).

No art. 2º verifica-se que o Assistente Social possui vários direitos durante o seu exercício profissional podendo ser destacado sua participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e

implementação de programas sociais com ampla autonomia dentre outros, porém, há de se destacar, também, alguns dos deveres do profissional conforme descrito no art. 3º como exercer as atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, participar de programas de socorro à população defendendo seus interesses e necessidades, principalmente para os que se encontram em situação de calamidade pública (CFESS, 2011, p. 26-28).

O assistente social, como um profissional que tem como seu objeto de intervenção as necessidades sociais, deve intervir nas expressões da questão social. Tais expressões rebatem no campo de trabalho como uma consequência do sistema que fundamenta o capitalismo, aparece no sujeito individual e/ou coletivo em situação de vulnerabilidade social e pessoal. É no âmbito da família que se encontram o maior número de demandas, e é nela também que deve estar a ação do assistente social (SANTOS, 2012).

Dentre as atribuições do assistente social, encontra-se a tarefa de lutar pela participação social, emancipação, autonomia ética, política, moral, cultural, desenvolvimento dos sujeitos sociais e, principalmente, pela ampliação dos direitos sociais e da cidadania, investindo assim nas potencialidades dos usuários, caminhando sempre na busca da liberdade política, econômica e cultural (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, entende-se que o Assistente Social é um profissional que pode atuar junto aos professores na transformação social, ou seja:

[...] a inserção dos assistentes sociais na Política de Educação assim como de outros/as profissionais poderá fortalecer a democratização desse espaço. Assim também, como o envolvimento da categoria profissional nesse debate, na perspectiva do nosso projeto ético político profissional, demonstra o interesse coletivo dos/as assistentes sociais em articular com outros sujeitos coletivos na luta contra a barbárie no capitalismo e, portanto, contribuir para a construção de uma política pública de educação emancipadora, necessária para a materialização de uma outra sociabilidade fundada na liberdade, justiça social, equidade, autonomia e na plena expansão dos indivíduos sociais (BRAGA, 2012, p. 257).

Levando em consideração as recomendações do Código de Ética Profissional (1993), é fundamental compreender que a ideia de Educação que deve permear a atuação profissional do Assistente Social na educação deve estar alicerçada em uma noção humana de educação, vista a partir de uma visão crítica e visão emancipatória. Essa compreensão é necessária, pois é

fundamental compreender a ideia de que a atuação profissional do Assistente Social na educação precisa ser permeada pela ideia de Educação.

Cabe ao profissional procurar a desmistificação dos conceitos de família, presentes na sociedade, e agir interventivamente nas suas demandas, buscando possibilitar a sua emancipação e autodesenvolvimento para que esta possa efetivar a sua função social. Com base no exposto, vale considerar que a atuação do assistente social junto às famílias pode ser decisiva na resolução de problemáticas, auxiliando também na sua vinculação com a família e com a escola para potencializar as oportunidades de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes (SANTOS, 2012).

Ou seja:

A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. [...]. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (ALMEIDA, 2011. p. 12).

Apesar dos avanços significativos, observa-se uma ação maquiavélica por parte do Estado. Isso porque esses avanços na verdade foram muito mais fruto de pressões internacionais, e para atender a um viés mercadológico, a formação de técnicos. Em outras palavras, o Estado busca atender por meio da Política de Educação as demandas de grande capital por mão de obra qualificada. Além disso, a presunção de que os alunos recebem uma educação que enfatiza a cidadania é incorreta.

Guerra (2009) aponta que, nas relações sociais capitalistas, apreender o dilema social decorrente da luta de classes pode tanto ofuscar quanto esclarecer a realidade na qual está inserido, sendo imprescindível apreendê-lo em sua historicidade, a partir de uma análise sistemática, com pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos claramente definidos. Adicionalmente, Guerra (2009, p.2) afirma que a natureza investigativa da profissão permite,

entre outras coisas, “ligar (através de muitas mediações) às preocupações da classe trabalhadora”.

Essas táticas são importantes não apenas para realizar intervenções competentes, mas também para construir uma atitude ético-política e teórico-metodológica sobre o alvo da intervenção, o que também é conhecido como instruir os usuários ou infantilizá-los.

A contribuição do fazer profissional do Serviço Social aos profissionais da Educação é no sentido de auxiliar e facilitar o enfrentamento de questões sociais, as quais dificultam na aprendizagem do aluno, tais como violência, infrequência na escola, drogadição, desavenças familiares, entre outras questões (SANTOS, 2012).

Entretanto, a intervenção de um assistente social não é uma tarefa simples, pois a área de atuação torna-se frequentemente contraditória, impossibilitando a satisfação de determinadas necessidades. Isso torna o papel um desafio. O assistente social é responsável por cuidar da família, dos alunos e também da rede social em que está inserido. Para operar com sucesso, o profissional de serviço social frequentemente necessita de um mediador para que possa integrar e fazer com que tal demanda funcione adequadamente.

A assistente social apoiará as famílias de forma que possibilite comunicar a realidade do aluno aos pais, orientando como lidar com tais obstáculos, bem como quanto ao conteúdo do ensino, preocupações familiares que incluem afeto, compreensão, um lar saudável, valores, dificuldades econômicas enfrentadas e sobre a rede de assistência social e por que ela é necessária (COSTA, 2012)

O subsídio do Serviço Social baseia-se no reconhecimento dos fatores sociais, culturais e econômicos que hoje confrontam o campo educacional, e a presença do assistente social na educação básica está ligada à qualidade do atendimento aos alunos, com a melhoria da interação da escola com as famílias e a comunidade, bem como o desenho de métodos para enfrentar impasses e disputas escolares e prestar assistência técnica à administração escolar (NETTO, 2011).

À luz do modelo de sociedade e do modo de produção capitalista, a complexidade das expressões geradas pela relação entre capital e trabalho tem na educação um espaço de atuação dos assistentes

sociais. Percebemos que esses profissionais são capazes de analisar a realidade de forma crítica, em sua totalidade, compreendendo suas particularidades e suas diversas dimensões, seja ela política, econômica, social, cultural, entre outras. O assistente social, por meio de sua ética política, é capaz de fazer isso (CFESS, 2012, p. 23).

Dessa forma, o CFESS afirma que a atuação do assistente social no ambiente escolar “tem a oportunidade de auxiliar na realização de diagnósticos sociais, proporcionando soluções viáveis para as questões sociais enfrentadas por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria de sua situação, por lidar com a vida escolar [...]” (CFESS, 2001, p.12).

É evidente que em uma sociedade capitalista em que suas atividades são determinadas pelo ideal neoliberal, é impossível idealizar a educação em sua totalidade, como um componente da vida social. Quando se aborda o trabalho do assistente social no setor educacional, torna-se imprescindível estudar o ambiente sócio-histórico em que se deu essa formação, e que promova espaços de diálogo entre a categoria, os alunos e toda a sociedade para refletir sobre o papel da educação, o compromisso que deve ter com o processo de formação de cada sujeito e sua contribuição para a construção de uma sociedade que está se tornando cada vez mais justo (ABREU; CARDOSO, 2009).

Nesse sentido, entende-se que a contribuição do Assistente Social para a realidade das escolas particulares e/ou beneficentes vai muito além das avaliações socioeconômicas ou da implantação de Projetos Sociais. Ou seja, apesar de essa profissão estar inserida nesse contexto por responsabilidades legais, acredita que o Serviço Social tem imenso significado para contribuir não apenas com as circunstâncias cotidianas, oriundas das dificuldades sociais, mas via mobilização social da escola (ABREU; CARDOSO, 2009).

A necessidade de discutir a proteção social na perspectiva dos trabalhadores, em oposição à perspectiva da burguesia, que é o que revela o atual sistema capitalista neoliberal, é o que motivou essa linha de pensamento e nos convida a nos debruçar sobre o tema.

Ao se falar sobre a necessidade de debater a proteção social, deve-se ter em mente que a mesma deve ser vista como um bem público para todos, independentemente de sua condição socioeconômica.

Sem contar que isso dificulta, na medida em que tem uma força poderosa para a desmobilização coletiva das demandas sociais. Uma noção de educação que não reconhece o acesso aos direitos sociais como requisito para uma sociabilidade mais humanizadora e viva precisa ser totalmente abandonada, e é imprescindível que isso seja feito (NETTO, 2011).

As atividades de orientação, acompanhamento e encaminhamento se manifestam principalmente por meio de interações individuais com os alunos e suas famílias. Este é um aspecto da atuação profissional de um assistente social que tradicionalmente tem sido visto como de extrema importância.

Com base no que foi discutido anteriormente nesta pesquisa, essas técnicas podem ter uma visão disciplinar e de ajuste à ordem atual, ou podem simplesmente ter como objetivo tornar prático o apoio ao aluno. Alternativamente, podem incluir táticas para estimular o enfrentamento de circunstâncias da vida cotidiana, como o problema do endividamento financeiro e a falta de acesso a uma educação financeira eficaz (ABREU; CARDOSO, 2009).

Em conexão com esses atos, também é possível destacar que eles se esforçam para suprir uma necessidade que está presente ao longo da história da profissão e que surge diariamente para assistentes sociais que atuam em instituições de ensino e são trazidos a eles por os próprios alunos e/ou suas famílias, por exemplo.

Ressalta-se também que essas ações criaram uma oportunidade genuína para a prática do trabalho multidisciplinar, em que o profissional da área do serviço social pode ter um papel importante na divulgação das situações que estão sendo discutidas; no entanto, isso não significa que não existam desafios à sua eficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do tema abordado, ou seja, perspectivas do serviço social na educação básica, o presente trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: como os assistentes sociais poderão atuar nas instituições de ensino básico para a superação das diversas formas de desigualdade que assolam a sociedade que vive no sistema capitalista?

E, a partir da formulação da questão problema, buscou-se compreender quais as perspectivas do serviço social diante das complexidades que a produção e reprodução de bens e serviços acarretam para as necessidades humanas quando não são trabalhados desde a primeira infância.

Nesse sentido, no entendimento de como os assistentes sociais poderão atuar nas instituições de ensino básico para a superação das diversas formas de desigualdade, foi possível entender que atuando na educação, o profissional pode identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos etc. juntamente com educadores, psicólogos, participação da família, da sociedade e outros de forma a colocar em prática ações voltadas para a formação cidadã e a igualdade social.

Entende-se, então, que é essencial identificar quais as nuances que desencadearam a necessidade de assistentes sociais em instituições de ensino básico, na qual constatou-se que o assistente social está preparado para lidar com as complexidades dos alunos, tanto no seio familiar quanto no escolar, através de estudos sociais, analisando uma forma de intervir nos casos observados, orientando docentes e gestores no modo de agir diante das problemáticas apresentadas pelos alunos.

No que diz respeito às potencialidades do serviço social em instituições de ensino básico para minimizar impactos das desigualdades provocadas pelo sistema capitalista, entende-se que a participação do assistente social na educação não é voltada apenas para o acompanhamento dos problemas comportamentais dos alunos, da evasão escolar, dentre outros, pelo contrário, o profissional pode atuar como um sujeito transformador a partir do momento em que ele contribui com a educação financeira que “é um processo de

transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais.

É interessante abordar o tema no trabalho, a partir do momento em que se observa que o trabalho do Assistente Social no âmbito escolar é bastante significativo já que visa a busca por soluções de problemas familiares e sociais, empreendendo ações preventivas ou de atendimento às necessidades dos alunos a partir de suas observações, troca de informações com os professores e equipe pedagógica e com os alunos.

Foi possível observar, também, que o Assistente Social é capaz de lidar com as adversidades sociais no âmbito familiar e, considerando que o sistema capitalista, infelizmente, divide a sociedade em classes onde a maioria tem problemas socioeconômicos graves, há necessidade de se buscar um entendimento político de que o serviço social na educação é essencial para se conhecer a realidade social dos alunos e, com isso, auxiliar os professores e demais profissionais da educação na busca de soluções para os problemas, bem como melhorar a qualidade da educação brasileira no sentido de ampliar o seu alcance, tendo em vista que, ter uma educação de qualidade, é também, alcançar a formação cidadã, lutar pela igualdade social e pelo alcance dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina. Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas Desempenhadas pelo Assistente Social. In: **CFESS, ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1ªed. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 593-608.

ALMEIDA, N.T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.52, p. 24 - 47,1996.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Parecer sobre projetos de Lei que dispõem sobre a inserção do serviço social na educação**. Brasília. (CFESS) Conselho Federal de Serviço Social, 2004, Disponível em: <http://assistenciasocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf>.

_____, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais. **Cartilha – O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Minas Gerais, 2005 p.25.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Ceará: UFCE, 2007.

AMARO, S.T.A. Et. al. **Serviço Social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas**: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis: Vozes, 2017.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho Profissional. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A Demanda Social pela Educação e a Inserção do Serviço Social na Política de Educação Brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na Política de educação brasileira**, Campinas: Papel Social (2015). Disponível em: www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/4812/1/A%20demanda%20social%20pel%20a%20educa%20c%20a%20pol%20itica%20de%20educa%20c%20a%20no%20Brasil%20e%20a%20inser%20c%20a%20do%20Servi%20c%20o%20Social.pdf.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo; Cortez, 2006.

BEISEGEL, Celso. **Educação e Sociedade no Brasil após 1930**. In: FAUSTO, Boris (Org). História geral da civilização brasileira. Tomo III, V.4, Rio: Bertrand do Brasil, 1995, p.383-16.

BRASIL. **Projeto de Lei nº3688** de 02 de novembro de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais de educação em cada escola. Diário da Câmara dos deputados: Poder legislativo, 02 de novembro de 2000.

BRASIL. Resolução nº557/2009, de 15 de setembro de 2009. Brasília, Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivo/Resolucao_CFESS_557-2009.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In **CRESS 7ª.Região.Assistente social: ética e direitos**. Rio de Janeiro: CRESS/7ª.Região, 2005

CAMPOS, Edval Bernardino et al. **Conselho Federal de Serviço Social - GT de educação**, 2012. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS (CBCISS). **Teorização do Serviço Social** 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986, p 24.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação na política de educação**. 01 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/908>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). **Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de atenção básica: orientações para regulamentação da lei 13.935, de 2019**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/manualassistenciaispsicologo2020.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei 8662/93- CFESS. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL: **Serviço Social na Educação**. Brasília, Distrito- Federal, setembro, 2001. DIÁRIO DAS LEIS. **Portal de Legislação**. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br>

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 07-31, 2015.

DOMINGOS, R. **Terapia Financeira: realize seus sonhos com Educação Financeira**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

FALEIROS, Ivana Aparecida Marchetti. **Uma proposta de trabalho em nível de Serviço Social escolar**. TCC (Bacharel em Serviço Social) apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, SP, 1986, p.47.

GARCIA, Rita Becker Prass. **Serviço Social na Educação: uma análise das funções do assistente social no âmbito escolar**. Camaquã: Unopar, 2016.

GERARDI, D. A. M. **Uma experiência do serviço social na construção, implementação e implantação do programa comunitário de educação complementar: “casa da turminha”**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GHIRAIDELLI, Junior Paulo. **História da Educação** .4. São Paulo. Cortez, 2009.

GIL, C. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

GONÇALVES, Amanda Boza; SILVA, Cláudia Neves. Serviço Social e Educação: possíveis contribuições. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 7 a 10 de novembro de 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6303_3342.pdf.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Brasília, CFESS, ABEPSSCEAD – UNB, 2000a

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 62, mar. 2000b.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ªed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª ed. Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22 ed. Cortez Editora, 2018.

LIMA Denise Ribeiro de. **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação**. 2018.p.06. Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/SERVIÇO-SOCIAL-NA->

EDUCAÇÃO-desafios-e-possibilidades-da-inserção-profissional-na-política-de-
educação.pdf.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, p. 13-28, 2012.

LIMA, Patrícia Maria Correia Ferro de. Atuação do assistente social na educação escolar: possíveis práticas com perspectiva inclusiva. **Revista Educação Pública**, v.21, nº 17, 16 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/18/atuacao-do-assistente-social-na-educacao-escolar-possiveis-praticas-com-perspectiva-inclusiva>

LIMA, D.R. Serviço social na educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação. (**Dissertação**). Instituto de Ensino Superior Franciscano. Bacharelado em Serviço Social. 2017.

LOPES, A. C.; ANDRADE, D. L.; CONCEIÇÃO, M. M. L. Serviço social na área da educação. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Gestão Social e Desenvolvimento no século XXI**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, p. 1-7, 2007.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012; 2014.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálisis**, Florianópolis, n. 16, p.17-27, 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. **Paulo Netto J. Serviço social e política social**. Brasília: CEAD, ABEPSS, CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Ana Cristina Almeida de. SILVA, Janine Silvetre da. OLIVEIRA, Juliete Dutra de. MELO Magnólia Maria da Rocha. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: uma ponte para a afirmação das políticas públicas de inclusão. UMA Revista Includere, Mossoró, v. 1, n. 1, p.121, Ed. Especial, 2015. In. **PIANA, Maria Crsitina. Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam**. São Paulo, 2009. Disponível em:

file:///C:/Users/55169/Downloads/4592-Texto%20do%20artigo-21041-1-10-20160211%20(1).pdf

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do Perfil do Assistente Social no Cenário Educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009 p.67- 88. Disponível em <http://books.scielo.org>

PIANA, Maria Cristina. **A construção do Perfil do Assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 57,58,162. Scielo Books. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>.

PLANALTO. Lei nº13.935, de 11 de dezembro de 2019. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm.

POLITO, Rachel. **Superdicas para um Trabalho de Conclusão de Curso**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, N. S. dos. **Serviço Social e educação**: contribuições do assistente social na escola. Vivências, Erechim, v. 8, n. 15, p. 124-134, 2012.

SCHNEIDER, Glaucia Martins; HERNANDORENA Maria do Carmo A. **Serviço Social na Educação**: Perspectivas e possibilidades. Província Marista Rio Grande do Sul -Porto Alegre: Editora – CMC; 2012 p.16-17: Disponível em <https://www.poteresocial.com.br>

SILVA, T.C; PEREIRA, W.A. Educação Financeira para alunos do Ensino Médio em Macapá. (**Dissertação**). Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Amapá. Macapá: 2015

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**, Emancipação, Ponta Grossa. 2008

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. In: **Revista interface**, Natal, v. 2, n. 1; 1995.

XAVIER, Lola Geraldês. Para além da didática: desafios da escola e do professor do século XXI. In: **EXEDRA Revista Científica**. ISSN 1646-9526. Número Temático de 107. 2015 Didática do Português: Investigação e Práticas. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/07/03-25-36-LOLaxavier.pdf>